

Programa sobre atuação parlamentar só dia 19

Roque de Sá



Fragelli e Ulysses querem mostrar à opinião pública as atividades do Congresso Nacional

A cadeia de rádio e televisão para apresentar as atividades parlamentares à população brasileira, marcada para esta quinta-feira sofreu um adiamento. Ela deverá ir ao ar apenas no próximo dia 19. A decisão foi tomada em conjunto pelos presidentes das duas casas que compõem o Congresso Nacional, senador José Fragelli — presidente do Senado Federal — e deputado Ulysses Guimarães — presidente da Câmara dos Deputados. Como há a disposição de não mais se realizar apenas um pronunciamento à Nação, mas sim um programa de 30 a 40 minutos, apresentando os trabalhos realizados diariamente pelos deputados e senadores, constatou-se a impossibilidade que o mesmo fosse realizado ainda esta semana.

A decisão foi tomada depois de uma reunião de Ulysses Guimarães e de José Fragelli com os proprietários da produtora independente "Inter-video" — Fernando Barbosa Lima e Roberto D'Avila. A "Inter-video" foi responsável pela realização de um programa televisivo para o PMDB, em São Paulo. Fernando e Roberto deverão se reunir ainda esta semana com os dois presidentes para apresentar as suas idéias sobre a elaboração do programa e o respectivo orçamento.

De acordo com Ulysses Guimarães, foi elaborado um documento pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal para explicitar as atividades do parlamentar em todos os setores "no plenário, no gabinete e nas comissões". O presidente da Câmara disse que as "críticas ao Poder Legislativo podem ser feitas, mas é necessário que isso não se reverta em abalos para as instituições".

Por sua vez, José Fragelli descartou a hipótese do objetivo principal do programa ser a defesa do Congresso Nacional, mas, sim, "para apresentar à Nação a verdade sobre os atos do Poder Legislativo que têm sido deturpados por determinada imprensa".

No entanto, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) defendeu a necessidade de um recuo da Mesa da Câmara no sentido de que não fosse realizado o programa de esclarecimento sobre as atividades parlamentares. Em sua opinião, não há o que dizer que não seja o reconhecimento "dos pecados do Legislativo", como o pagamento indevido dos jetons, o caso dos pianistas, voto de liderança e aprovação do projeto Sul Brasileiro. Para ele, o poder Legislativo deveria "apontar individualmente os deputados omisos, pois temos que reconhecer que existem coisas a serem corrigidas".

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, já pensa de forma contrária ao deputado paulista. Para Lucena, o Congresso sofre ataques e por isso, "não só tem o direito, mas o dever de se defender".